RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

LICITAÇÕES e CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Teoria e Prática

12ª edição
revista, atualizada e ampliada

gen | Editora FORENSE

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *03.02.2023*

- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

O51L
Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Licitações e contratos administrativos: teoria e prática / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 12. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-747-7

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Licitação pública – Legislação – Brasil. 3. Contratos administrativos – Brasil. 4. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título.

23-82334 CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

abdr ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
Respeite o direito autoral

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – LICITAÇÃO 1
1.1. Conceito, objetivos e função regulatória 1
1.2. Fontes normativas 6
1.3. Competência legislativa e aplicação da Lei de Licitações 8
1.4. Princípios da licitação 12
1.4.1. Princípio da competitividade 13
1.4.2. Princípio da isonomia 14
1.4.3. Princípio da vinculação ao edital 15
1.4.4. Princípio do procedimento formal (formalismo moderado) 16
1.4.5. Princípio do julgamento objetivo 17
1.4.6. Princípio do planejamento 17
1.4.7. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável 17
1.4.8. Princípios da publicidade e da transparência 20
1.4.9. Princípios da eficiência, da celeridade e da economicidade 21
1.4.10. Princípios da segregação de funções 22
1.5. Objeto da licitação 23
1.5.1. Obras e serviços de engenharia 26
1.5.1.1. Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais 27
1.5.1.2. Vedações e impedimentos 29
1.5.1.3. Formas de execução: direta e indireta 31
1.5.1.4. Execução indireta: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, empreitada integral e tarefa 31
1.5.1.5. Obras e serviços de engenharia na Lei 14.133/2021 32
1.5.2. Serviços 34
1.5.2.1. Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio × atividade-fim 35

1.5.2.2. Contrato de gestão para ocupação de imóveis públicos (contrato de *facilities*) 39
1.5.2.3. Quarteirização 41
1.5.2.4. Serviços técnicos profissionais especializados 42
1.5.2.5. Serviços de publicidade 43
1.5.2.6. Serviços na Lei 14.133/2021 44
1.5.3. Compras 46
1.5.3.1. Indicação de marcas, amostras e certificados de qualidade 46
1.5.3.2. Princípio da padronização 47
1.5.3.3. Preferência do Sistema de Registro de Preços (SRP) 48
1.5.3.4. Divisibilidade do objeto e licitação por item 48
1.5.3.5. Compras na Lei 14.133/2021 49
1.5.4. Alienações 55
1.5.4.1. Alienações na Lei 14.133/2021 55
1.5.5. Locação de imóveis na Lei 8.666/1993 e na Lei 14.133/2021 56
1.5.6. Licitações internacionais na Lei 14.133/2021 57
1.6. Agente de contratação e comissão de contratação 59
1.7. Impedimentos para participação nas licitações e nos contratos 65
1.8. Sistema de Registro de Preços (SRP) na Lei 8.666/1993 68
1.8.1. Procedimentos auxiliares na Lei 14.133/2021 79
1.8.1.1. Credenciamento 79
1.8.1.2. Pré-qualificação 80
1.8.1.3. Procedimento de manifestação de interesse (PMI) 83
1.8.1.4. Sistema de registro de preços (SRP) 84
1.8.1.5. Registro cadastral 89
1.9. Destinatários da regra da licitação 91
1.9.1. Administração Pública direta 91
1.9.2. Administração Pública indireta 92
1.9.2.1. Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016) 92
1.9.2.2. Características principais 96
1.9.3. Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público ... 110
1.10. Contratação direta 111
1.10.1. Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993) 112
1.10.2. Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993 e art. 4.º da Lei 13.979/2020) 116
1.10.2.1. Valor reduzido (art. 24, I e II) 117
1.10.2.2. Situações emergenciais (art. 24, III, IV e XXXV) 119
1.10.2.3. Licitação deserta (art. 24, V) 120
1.10.2.4. Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI) 121
1.10.2.5. Licitação frustrada (art. 24, VII) 121

1.10.2.6. Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII) 123
1.10.2.7. Segurança nacional (art. 24, IX) 126
1.10.2.8. Compra e locação de imóveis (art. 24, X) 127
1.10.2.9. Complementação do objeto contratual (art. 24, XI) 127
1.10.2.10. Gêneros perecíveis (art. 24, XII) 128
1.10.2.11. Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV, XXXIII e XXXIV) 128
1.10.2.12. Negócios internacionais (art. 24, XIV) 132
1.10.2.13. Obras de arte (art. 24, XV) 132
1.10.2.14. Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII) 133
1.10.2.15. Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX) 133
1.10.2.16. Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI) 134
1.10.2.17. Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII) 135
1.10.2.18. Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII) 135
1.10.2.19. Contratos de programa (art. 24, XXVI) 137
1.10.2.20. Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII) 137
1.10.2.21. Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII) 138
1.10.2.22. Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX) 138
1.10.2.23. Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º) 138
1.10.2.24. Dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus: art. 4.º da Lei 13.979/2020 e Lei 14.065/2020 140
1.10.3. Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993) 146
1.10.3.1. Fornecedor exclusivo (art. 25, I) 147
1.10.3.2. Serviços técnicos especializados (art. 25, II) 148
1.10.3.3. Artistas consagrados (art. 25, III) 151
1.10.3.4. Credenciamento 151
1.10.4. Contratação direta na Lei 14.133/2021 153
1.10.4.1. Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei 14.133/2021) 153
1.10.4.2. Dispensa de licitação (art. 75 da Lei 14.133/2021) 158
1.10.4.3. Licitação dispensada (art. 76, I e II, da Lei 14.133/2021) 167
1.11. Modalidades 168
1.11.1. Concorrência 169
1.11.2. Tomada de preços e o registro cadastral 170
1.11.3. Convite 173
1.11.4. Concurso 174
1.11.5. Leilão 175

1.11.6. Pregão 175
1.11.6.1. Pregão eletrônico em âmbito federal: visão geral do Decreto 10.024/2019 180
1.11.6.1.1. Objeto e âmbito de aplicação do Decreto 10.024/2019 180
1.11.6.1.2. Princípios aplicáveis ao pregão eletrônico federal 181
1.11.6.1.3. Hipóteses de inaplicabilidade do pregão eletrônico 182
1.11.6.1.4. Forma de realização 182
1.11.6.1.5. Critérios de julgamento das propostas 183
1.11.6.1.6. Etapas do pregão eletrônico 183
1.11.6.1.7. Saneamento ou convalidação 191
1.11.6.1.8. Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços 191
1.11.6.1.9. Sanções 192
1.11.6.1.10. Revogação e anulação do certame 192
1.11.6.1.11. Sistema de dispensa eletrônica 192
1.11.6.2. Pregão nas obras e serviços de engenharia: controvérsias 193
1.11.6.3. Pregão na contratação de equipamentos e serviços de informática 194
1.11.7. Consulta 195
1.11.8. Modalidades de licitação na Lei 14.133/2021 195
1.11.8.1. Pregão 196
1.11.8.2. Concorrência 197
1.11.8.3. Concurso 198
1.11.8.4. Leilão 198
1.11.8.5. Diálogo competitivo 199
1.12. Procedimento 202
1.12.1. Fases da licitação: preparatória (ou interna) e externa 203
1.12.2. Edital 206
1.12.3. Habilitação 207
1.12.3.1. Habilitação jurídica 208
1.12.3.2. Qualificação técnica 209
1.12.3.3. Qualificação econômico-financeira 210
1.12.3.4. Regularidade fiscal e trabalhista 211
1.12.3.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB 215
1.12.4. Julgamento (tipos de licitação) e classificação 215
1.12.5. Homologação e adjudicação 217
1.12.6. Procedimento na Lei 14.133/2021 219

1.12.6.1. Fases do processo de licitação e a preferência pela forma eletrônica 219
1.12.6.2. Fase interna ou preparatória 221
1.12.6.3. Administração Pública Consensual e Gerencial: audiências públicas, consultas públicas e repartição de riscos.... 229
1.12.6.4. Valor estimado da contratação: possibilidade de orçamento sigiloso ou publicidade diferida 230
1.12.6.5. Edital 234
1.12.6.6. Margem de preferência 240
1.12.6.7. Apresentação de propostas e lances 243
1.12.6.8. Julgamento 246
1.12.6.9. Habilitação 251
1.12.6.10. Encerramento da licitação 256
1.13. Anulação e revogação da licitação 257
1.13.1. Anulação e revogação na Lei 14.133/2021 258
1.14. Recursos administrativos 259
1.14.1. Impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos na Lei 14.133/2021 260
1.15. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) 262

CAPÍTULO 2 – TEMAS ESPECIAIS DE LICITAÇÕES 265
2.1. Cooperativas nas licitações 265
2.2. Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações 267
2.2.1. Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista 268
2.2.2. Empate ficto ou presumido 269
2.2.3. Possibilidade de licitações diferenciadas 270
2.2.4. Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006 274
2.2.5. Cédula de crédito microempresarial 276
2.2.6. Aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006 às cooperativas 276
2.2.7. ME e EPP na Lei 14.133/2021 276
2.3. A participação de consórcios empresariais nas licitações 277
2.3.1. Consórcios empresariais na Lei 8.666/1993 277
2.3.2. Consórcios empresariais na Lei 14.133/2021 279
2.4. Desnecessidade de licitação para celebração de convênios e o processo seletivo objetivo 281
2.5. Licitação nas concessões de serviços públicos 284
2.5.1. Concessões comuns (Lei 8.987/1995): peculiaridades 284

2.5.1.1. Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos 284
2.5.1.2. Modalidade de licitação 287
2.5.1.3. Tipos de licitação..... 288
2.5.1.4. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade 288
2.5.2. Concessões especiais (Lei 11.079/2004) – Parcerias Público-Privadas (PPPs): peculiaridades..... 290
2.5.2.1. Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs)..... 290
2.5.2.2. Justificativa para formatação da PPP..... 292
2.5.2.3. PPP e responsabilidade fiscal: a interpretação do art. 28 da Lei 11.079/2004 293
2.5.2.4. Edital e consulta pública..... 297
2.5.2.5. Licenciamento ambiental..... 298
2.5.2.6. Necessidade de autorização legislativa em determinados casos 299
2.5.2.7. Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases 299
2.5.2.8. Qualificação técnica e tipos de licitação 300
2.5.2.9. Saneamento de falhas 302
2.6. Licitação nos consórcios públicos..... 302
2.6.1. Valores diferenciados para escolha da modalidade de licitação (art. 23, § 8.º, da Lei 8.666/1993)..... 302
2.6.2. Dispensa de licitação (art. 24, XXVI, da Lei 8.666/1993 e art. 75, XI, da Lei 14.133/2021) 303
2.6.3. Valores diferenciados para dispensa de licitação (art. 24, § 1.º, da Lei 8.666/1993 e art. 75, § 2.º, da Lei 14.133/2021) 304
2.6.4. Licitação compartilhada (art. 112 da Lei 8.666/1993) 305
2.7. Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos..... 305
2.7.1. Terceiro Setor: visão geral..... 305
2.7.2. Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria..... 307
2.7.3. A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor 309
2.8. A função regulatória das licitações e contratações públicas 311
2.8.1. Introdução 311
2.8.2. A função regulatória da licitação 311
2.8.3. O Direito Administrativo pós-positivista, o pluralismo e a legitimidade das licitações públicas: efetivação do desenvolvimento nacional..... 315

2.8.4. A função regulatória na Lei 8.666/1993 320
2.8.5. A função regulatória na Lei 14.133/2021 329
2.9. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): visão geral 330
2.9.1. Introdução 330
2.9.2. Discussão quanto à constitucionalidade da Lei 12.462/2011 332
2.9.3. Objeto e finalidades do RDC 334
2.9.4. Princípios e diretrizes do RDC: a função regulatória da licitação 336
2.9.5. Aquisição de bens: peculiaridades 338
2.9.5.1. Indicação de marca 339
2.9.5.2. Amostras 339
2.9.5.3. Certificados de qualidade 339
2.9.5.4. Solidariedade do fabricante 340
2.9.6. Contratação integrada 341
2.9.7. Contrato de desempenho e remuneração variável 343
2.9.8. Inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento 344
2.9.9. Regras especiais sobre publicidade: orçamento sigiloso e publicação dos atos 345
2.9.10. Lances verbais e intermediários 347
2.9.11. Critérios de julgamento 348
2.9.12. Critérios de desempate 349
2.9.13. Pré-qualificação permanente 350
2.9.14. Registros cadastrais 351
2.9.15. Sistema de Registro de Preços (SRP) 351
2.9.16. Catálogo eletrônico de padronização 353
2.9.17. Comissão de licitação 353
2.9.18. Contratação direta 353
2.9.19. Condições para participação nas licitações e para contratações 354
2.9.20. Contratos no RDC 355
2.9.21. Recursos administrativos 356
2.9.22. Sanções administrativas 357
2.10. Licitações inclusivas: os impactos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) nas contratações públicas 357
2.10.1. Introdução 357
2.10.2. A proteção das pessoas com deficiência no Direito Administrativo 358
2.10.3. Licitações inclusivas e os impactos promovidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) na Lei 8.666/1993: a função regulatória da licitação e a função social dos contratos administrativos 360
2.10.4. Licitações inclusivas e a Lei 14.133/2021 365
2.11. Licitações e contratações de soluções inovadoras pela Administração Pública: o regime jurídico da LC 182/2021 365
2.12. Licitações públicas e a "teoria dos leilões" 371

CAPÍTULO 3 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 375
3.1. Conceito e a dicotomia contrato administrativo × contrato privado 375
3.2. Fontes normativas e competência legislativa 377
3.3. Sujeitos do contrato 378
3.4. Características 380
3.4.1. Formalismo moderado 380
3.4.2. Bilateralidade 381
3.4.3. Comutatividade 382
3.4.4. Personalíssimo (*intuitu personae*) 382
3.4.5. Desequilíbrio 382
3.4.6. Instabilidade 383
3.5. Formalização do contrato, garantias, alocação de riscos e pagamentos 383
3.5.1. Formalização dos contratos na Lei 14.133/2021 386
3.5.2. Garantias na Lei 14.133/2021 391
3.5.3. Alocação de riscos na Lei 14.133/2021 394
3.6. Cláusulas exorbitantes 396
3.6.1. Alteração unilateral 396
3.6.2. Rescisão unilateral 400
3.6.3. Fiscalização 400
3.6.4. Aplicação de sanções 402
3.6.5. Ocupação provisória 402
3.6.6. Outras cláusulas exorbitantes 403
3.6.7. A releitura das cláusulas exorbitantes 403
3.6.8. Cláusulas exorbitantes na Lei 14.133/2021 404
3.7. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos 406
3.7.1. Reajuste 406
3.7.2. Revisão 409
3.7.3. Atualização financeira 410
3.7.4. Repactuação 410
3.7.5. Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária na Lei 14.133/2021 413
3.8. Duração dos contratos 416
3.8.1. Contratos por prazo certo e contratos por escopo 416
3.8.2. Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário 416
3.8.3. Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento 417
3.8.4. Duração dos contratos na Lei 14.133/2021 422
3.9. Prorrogação dos contratos 428
3.10. Inexecução contratual 430
3.10.1. Inexecução culposa 430
3.10.1.1. Exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*) 431

3.10.2. Inexecução sem culpa 432
3.10.2.1. Teoria da imprevisão 434
3.10.2.2. Fato do príncipe 434
3.10.2.3. Caso fortuito e força maior 435
3.11. Extinção dos contratos 436
3.11.1. Motivos, formas e consequências da rescisão contratual 436
3.11.2. Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os *dispute boards* 437
3.11.3. Arbitragem nos contratos administrativos 438
3.11.3.1. Arbitrabilidade subjetiva (Administração Pública) e objetiva (direitos disponíveis) 440
3.11.3.2. Arbitragem de direito e a vedação da arbitragem por equidade 441
3.11.3.3. A publicidade da arbitragem na Administração Pública ... 442
3.11.3.4. Regulamentação e autonomia federativa 443
3.11.3.5. Cláusula compromissória e compromisso arbitral 443
3.11.3.6. Arbitragem e a relativização de prerrogativas administrativas 445
3.11.3.7. Arbitragem *ad hoc* ou institucional 447
3.11.3.8. Árbitro ou tribunal arbitral 448
3.11.3.9. Escolha do árbitro ou instituição arbitral: inexigibilidade de licitação 448
3.11.3.10. Interrupção da prescrição 450
3.11.4. Mediação e autocomposição de conflitos na Administração Pública 450
3.11.5. Extinção dos contratos na Lei 14.133/2021 451
3.11.5.1. Motivos para extinção dos contratos administrativos..... 451
3.11.5.2. Extinção unilateral, consensual, judicial ou arbitral 455
3.11.5.3. Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (*dispute boards*) e a arbitragem 456
3.11.5.4. Nulidade dos contratos 457
3.11.5.5. Recebimento do objeto contratual 460
3.11.5.6. Pagamentos 461
3.12. Sanções administrativas 463
3.12.1. Infrações e sanções administrativas na Lei 14.133/2021 468
3.13. Controle das licitações e dos contratos 475
3.13.1. Controle das licitações e dos contratos na Lei 14.133/2021 477
3.14. Responsabilidade civil nos contratos administrativos 485
3.14.1. Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato 485

3.14.2. Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários 486
3.14.3. Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações 489
3.14.4. Responsabilidade do Estado, das concessionárias e permissionárias de serviços públicos 491

CAPÍTULO 4 – TEMAS ESPECIAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 493

4.1. Contratos de concessão de serviço público 493
4.1.1. Contrato de concessão comum de serviço público (Lei 8.987/1995) 494
4.1.1.1. Cláusulas essenciais 495
4.1.1.2. Prazo 495
4.1.1.3. Prorrogação 496
4.1.1.4. Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário 499
4.1.1.5. Encargos do poder concedente e da concessionária 500
4.1.1.6. Direitos e obrigações dos usuários 502
4.1.1.7. Extinção do contrato de concessão 503
4.1.1.7.1. Advento do termo contratual 504
4.1.1.7.2. Encampação 504
4.1.1.7.3. Caducidade 505
4.1.1.7.4. Rescisão 507
4.1.1.7.5. Anulação 508
4.1.1.7.6. Falência ou desaparecimento do concessionário 508
4.1.1.7.7. Distrato, acordo ou extinção amigável 509
4.1.1.7.8. Caso fortuito e força maior 510
4.1.1.8. Arbitragem nos contratos de concessão 510
4.1.1.9. Reversão dos bens 511
4.1.2. Contrato de concessão especial de serviço público (Lei 11.079/2004) 511
4.1.2.1. Origem e fontes normativas 511
4.1.2.2. Conceito: PPP em sentido amplo e PPP em sentido restrito 512
4.1.2.3. Espécies de PPPs: patrocinada e administrativa 513
4.1.2.4. Principais características da concessão especial – PPP 514
4.1.2.4.1. Remuneração do concessionário 515
4.1.2.4.2. Repartição objetiva de riscos 517
4.1.2.4.3. Valor mínimo do contrato 519
4.1.2.4.4. Prazo contratual 520
4.1.2.4.5. Objeto complexo 521
4.1.2.4.6. Cláusulas essenciais 521
4.1.2.4.7. Sociedade de Propósito Específico (SPE) 522

4.1.2.4.8. Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP) 524
4.1.2.4.9. Verificador Independente nas concessões comuns e PPPs 526
4.2. Convênios administrativos 527
4.3. Convênios de natureza financeira: convênios, contratos de repasse e termo de cooperação (Decreto 6.170/2007, Decreto 7.568/2011 e Portaria Interministerial 424/2016) 531
4.4. Contrato de gestão 536
4.4.1. Contrato de gestão interno ou endógeno ou "contrato de desempenho" 536
4.4.2. Contrato de gestão externo ou exógeno 538
4.5. Termo de parceria 539
4.6. O novo marco regulatório das parcerias entre a administração e as Organizações da Sociedade Civil (OSCS): aspectos relevantes da Lei 13.019/2014 541
4.6.1. Introdução 541
4.6.2. A abrangência federativa da Lei 13.019/2014 e a necessidade de sua interpretação conforme a Constituição 542
4.6.3. O âmbito de aplicação da Lei 13.019/2014 às entidades privadas sem fins lucrativos e às entidades da Administração Pública 544
4.6.4. Procedimentos de seleção de entidades parceiras 546
4.6.4.1. Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) 546
4.6.4.2. A exigência de chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil 547
4.6.5. Instrumentos jurídicos de parcerias entre a Administração e as organizações da sociedade civil: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação 551
4.6.6. Contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil 557
4.6.7. Atuação em rede de organizações da sociedade civil 560
4.6.8. Transparência, participação social, prestação de contas e *accountability* 560
4.6.9. Destino dos bens remanescentes 562
4.6.10. Responsabilidade civil e sanções administrativas 562
4.6.11. Benefícios para OSCs 564
4.7. Contrato de consórcio público 564
4.7.1. Conceito e fontes normativas 564
4.7.2. Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005 565
4.7.3. Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios 567
4.7.4. Partícipes do consórcio público 569
4.7.5. Procedimento para instituição do consórcio público 569
4.7.6. Personificação do consórcio 571

4.7.6.1. Consórcio público de direito público: associação pública.... 571
4.7.6.2. Consórcio público de direito privado..... 573
4.7.7. Contrato de rateio..... 574
4.7.8. Contrato de programa..... 575
4.8. Contratos das empresas estatais..... 576
4.9. Programas de integridade (*compliance*) nas contratações públicas 579

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 583